

## **Pareceres**

Seguro-saúde — Contribuição — Alíquota — CELIO BORJA	253
Loteria — Competência estadual — Bingo — LUIS ROBERTO BARROSO	262
Jornalista — Curso superior — Princípio da proporcionalidade — EROS ROBERTO GRAU	278
Estado — Entidade de previdência de servidores públicos — Imunidade tributária. — SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA	292
Linha telefônica — Assinantes — Emissão de ações — ARNOLD WALD	308
Mudança compulsória de sede de entidade privada — Inadmissibilidade, seja por ato legislativo ou administrativo — LUIS ROBERTO BARROSO	328
O princípio da razoabilidade da lei — Limites da função legislativa — JOSÉ AFONSO DA SILVA	339

## **Legislação**

Emenda Constitucional nº 28	355
Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 — Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	355
RAZÕES DE VETO	376
Lei n. 9.964, de 10 de abril de 2000 — Institui o Programa de Recuperação Fiscal — Refis e dá outras providências, e altera as Leis ns. 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	382
Lei n. 9.966, de 28 de abril de 2000 — Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	386
RAZÕES DE VETO	395
Lei n. 9.971, de 18 de maio de 2000 — Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências.	396
Medida Provisória nº 2.026-1, de 1º de junho de 2000	397
Decreto n. 3.431, de 24 de abril de 2000 — Regulamenta a execução do Programa de Recuperação Fiscal — REFIS.	400
Decreto n. 3.448, de 5 de maio de 2000 — Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências.	408
Decreto n. 3.474, de 19 de maio de 2000 — Regulamenta a Lei n. 9.841, de 5 de outubro de 1999, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências.	410
Decreto n. 3.495, de 30 de maio de 2000	415
Decreto n. 3.505, de 13 de junho de 2000	417
Decreto n. 3.507, de 13 de junho de 2000	420
<b>Índice analítico</b>	423

# SUMÁRIO

## Doutrina

O sistema constitucional brasileiro e as recentes inovações no controle de constitucionalidade (Leis n. 9.868, de 10 de novembro de 1999) — MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO	1
Os terminais portuários privativos — CARLOS AUGUSTO DA SILVEIRA LOBO	19
Invalidação dos atos administrativos — HERALDO GARCIA VITTA	35
De Paris a Amsterdam (Experiência Comunitária Européia) — MARCÍLIO TOSCANO FRANÇA FILHO	53
Supremacia do interesse público sobre o privado — FABIO MEDINA OSÓRIO	69
Controle abstrato de constitucionalidade (Lei n. 9.868/99) — PATRÍCIA CALMON NOGUEIRA DA GAMA	109
A moralidade na principiologia da atuação governamental — SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA	121
A taxa SELIC para correção de débitos tributários — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	139
A Administração Pública em face da responsabilidade ambiental — TOSHIO MUKAI	143
Eficiência administrativa na Constituição Federal — VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	165
Uma nova Administração Pública — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	179
A ética no serviço público — SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY	183
Princípio do fato consumado no Direito Administrativo — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	195

## Jurisprudência dos Tribunais

Ministério Público — Férias em dobro — Constitucionalidade (STF)	209
Estado — Assunção de dívida — Vinculação de receita (STF)	212
Comentário — PEDRO GORDILHO	233
Lei municipal — Constituição Federal — Controle de constitucionalidade (STF)	235
Controle de constitucionalidade — Constituição Estadual — Constituição Federal (STF)	237
Comissão Parlamentar de Inquérito — Escritório de advocacia — Sigilo profissional (STF)	239
Direito de recorrer — Abuso — Multa (STF)	244
Imunidade parlamentar — Indiciado — Testemunha (STF)	246
Prefeito — Afastamento — Medida cautelar (STJ)	249

# REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ISSN 0034-8007

**RENOVAR**



**FGV**

ABRIL/JUNHO-2000

**220**

Fundação Getúlio Vargas